



Os presidentes da Câmara e do Senado, Aldo Rebelo e Renan Calheiros, a viúva de Celso Furtado, Rosa Freire de Aguiar Furtado, e o senador Aloizio Mercadante abrem seminário no Auditório Petrônio Portella



Seminário discute Celso Furtado. Renan defende Sudene

Presidente do Senado ressalta importância de debate sobre o legado de um dos maiores pensadores da sociedade e da economia. **Página 8**

CPI convoca ex-petista e compadre de Lula

A CPI dos Bingos aprovou a convocação de Paulo de Tarso Venceslau, ex-petista e ex-secretário de Finanças das prefeituras de São José dos Campos e de Campinas, e do advogado Roberto Teixeira, compadre e amigo do presidente Lula.

Página 8

Polêmica no relatório sobre uso de caixa dois

Impasse quanto à inclusão, ou não, de dados da campanha de 1998 do senador Eduardo Azeredo ao governo de Minas adia para quinta-feira a votação do relatório parcial sobre fontes financeiras. O documento foi elaborado pelo deputado Gustavo Fruet.

Página 4



Suassuna: 83,8% da verba para saneamento não foram liberados

Marco regulatório para o saneamento básico

A adoção de lei específica que estruture novas políticas para o saneamento básico foi defendida ontem pelo líder do PMDB, Ney Suassuna. A insegurança jurídica decorrente da ausência dessa norma, segundo ele, inibe investimentos no setor.

Página 7



A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo define suas emendas à proposta de Orçamento da União para 2006. **Página 6**

Oposição obstrui Orçamento à espera de decisão sobre Dirceu

O líder do PSDB, Arthur Virgílio, anunciou a decisão de seu partido de obstaculizar a votação do Orçamento enquanto o deputado José Dirceu não for julgado pela Câmara. O líder do governo, Aloizio Mercadante, defendeu o direito do ex-ministro da Casa Civil de recorrer ao Supremo Tribunal Federal em defesa de seu mandato. O assunto foi comentado também pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, e pelos senadores Jefferson Péres e Alvaro Dias.

Página 5

Audiência na CRA debate alternativa aos agrotóxicos

O processo de registro diferenciado dos insu- mos destinados à agricultura orgânica foi um dos pontos mais defendidos na audiência que reuniu especialistas do setor na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Representante do Ministério do Meio Ambiente propôs o que chamou de quebra de um paradigma: o uso de produtos alternativos aos agrotóxicos.

Página 6

Irrigação pode ter plano nacional

Plenário aprova projeto que visa promover crescimento e modernização da atividade agrícola, preservando os recursos hídricos e o solo

O projeto original que institui a Política Nacional de Irrigação foi apresentado pela Comissão Temporária Vale do São Francisco há dez anos. O projeto substitutivo de Pedro Simon, aprovado ontem, incluiu um capítulo para dar tratamento prefe-

rencial ao semi-árido nordestino. O Plenário acolheu ainda, entre outras matérias, o projeto que estabelece sanções para a produção e o uso de armas químicas e o que fixa datas comemorativas para os diferentes segmentos étnicos.

Página 3



José Cruz

Avotação do relatório final da CPI da Terra foi novamente adiada, desta vez para o dia 29. Motivo: a apresentação de voto em separado, de Abelardo Lupion, e de 13 emendas, de Ana Júlia Carepa e de Adão Pretto.

Página 7

Desaceleração da economia, segundo o senador, pode ficar pior diante da "situação de tragédia" vivida pela agricultura: pequeno produtor recorre a empréstimos com juros de 16%

Osmar: arrecadação cresce, mas governo investe cada vez menos

O senador Osmar Dias (PDT-PR) indagou ontem para onde estão indo os recursos arrecadados pela cobrança de impostos. Afirmou que, embora cresça a arrecadação, a economia está em queda.

– Se o governo não investe em saúde, em educação, não está cumprindo sua função social e deve ser desapropriado – ironizou.

O parlamentar descreveu o atual cenário de desaceleração da economia. Analisou que a “taxa de câmbio suicida” está inviabilizando os preços dos produtos brasileiros no mercado externo e que, em breve, com a renda do trabalhador em queda, a indústria vendendo menos para o mercado externo e empregando menos,



Para Osmar, gastos per capita com saúde pública são menores do que há dez anos

restaria ao país a agricultura, como forma de ativar “a roda da economia”. Só que esta, também, vive uma “situação de tragédia”, com o pequeno produtor tomando empréstimos a juros de 16%.

O representante paranaense

informou que os investimentos per capita em saúde são menores que há dez anos e que somente dez estados aplicam 12% de seus recursos na área, como manda a Constituição. Segundo Osmar Dias, no Paraná, considerado um “estado rico”, 70% dos municípios têm Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) abaixo da média nacional.

Em aparte, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) criticou a ausência de estratégias de médio e longo prazo do governo, especialmente na agricultura. A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), por sua vez, disse que, dos R\$ 2,5 bilhões previstos no Orçamento de 2005 para investimentos em saúde, até agora não foram liberados sequer R\$ 60 milhões.



Cristovam crê que, com as MPs, o poder do presidente fica maior que o do imperador

Em aparte, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) apontou como a maior tragédia do país a ausência de investimentos na educação ainda na fase pré-escolar. “Isso acentua e perpetua a desigualdade”, ressaltou.

País ainda não é uma república de verdade, afirma Cristovam

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) disse ter nostalgia da época do Império e a convicção de que a República, cujos 116 anos foram comemorados semana passada, ainda não é uma realidade. Essas impressões foram registradas em Plenário, após ele ter feito rápida análise de indicadores socioeconômicos do país.

Cristovam indagou se há o que comemorar no país quando apenas 1% da população concentra renda idêntica à renda total percebida pelos 50% mais pobres; quando apenas 6% dos

brasileiros têm mais de 20 anos de escolaridade, enquanto 45% da população não chega a concluir três; quando apenas 1% dos produtores rurais detém 44% do total de terras; quando apenas 5 milhões de brasileiros têm acesso a serviço médico de Primeiro Mundo, enquanto 30 milhões são privados de assistência à saúde.

– Nosso regime ainda não é República. Nós temos um presidente que, com medidas provisórias, tem maior poder sobre o Congresso do que o imperador – afirmou.

Políticos perdem credibilidade e oposição é tímida, diz Almeida Lima

O senador Almeida Lima (PMDB-SE) registrou sua indignação com a maioria dos políticos brasileiros, que, para ele, perdeu a credibilidade e parece ainda não se ter dado conta disso, mantendo-se alheia à vontade popular.

Almeida Lima advertiu a classe política de que, em 2006, com as eleições, a população “deixará em casa” aqueles que não atenderam a seus anseios e tiveram sua parcela de culpa na atual crise política.

O senador criticou a oposição, que, durante audiência pública

com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), teria o tratado melhor que as lições do governo que estavam na reunião. Cobrou da oposição “consentida” uma postura mais clara, que, segundo ele, deve parar de pedir licença ao governo, como fez ao convidar o ministro para comparecer à CPI dos Bingos, em vez de convocá-lo a depor naquele colegiado.

– Que oposição é essa que negocia a vinda do ministro em forma de convite? – reclamou o parlamentar.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Sessão não deliberativa às 9h

A sessão de hoje, às 9h, é destinada aos pronunciamentos de parlamentares. De caráter não deliberativo, não há votações de projetos. Entre os senadores inscritos para discursar na tribuna estão Delcídio Amaral (PT-MS), José Jorge (PFI-PE), César Borges (PFL-BA) e Arthur Virgílio (PSDB-AM).

TV lembra os 70 anos de Betinho

Neste fim de semana, a TV Senado lembra os 70 anos do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, criador da Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, uma das maiores iniciativas de combate à fome já empreendidas no Brasil. Betinho também participava de ações de prevenção da Aids, doença que o vitimou. O programa vai ao ar hoje, às 22h30, com reprises no sábado, às 16h30 e às 21h30, e no domingo, às 15h30 e às 22h.

Dick Farney na Rádio

A Rádio Senado traz o cantor, instrumentista e compositor Dick Farney, que está no *Música do Brasil* deste sábado, às 16h. O programa tem uma entrevista com o artista e várias de suas interpretações em piano e voz.

Celso Furtado

Hoje é o último dia do seminário “A atualidade do pensamento de Celso Furtado sobre o desenvolvimento”, que vai contar com a participação dos economistas Carlos Lessa e Marcio Pochmann, entre outros.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciela da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Thâmara Brasil

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Heráclito Fortes, Mozarildo Cavalcanti, Iris de Araújo, Romeu Tuma e João Batista Motta



Flexa Ribeiro: economia do Pará cresce enquanto sua população fica mais pobre

Flexa Ribeiro cobra atuação social da Vale do Rio Doce

Flexa Ribeiro (PSDB-PA), ao saudar a Companhia Vale do Rio Doce, a terceira mineradora do mundo, cobrou responsabilidade social da empresa com o Pará, que é responsável por 47% do lucro da companhia. Para o senador, enquanto a Vale tem lucros recordes, a população empobrece. O parlamentar aconselha a companhia a priorizar investimentos em educação, ciência e tecnologia, e planejar suas atividades no campo social.

Flexa Ribeiro lembrou que, enquanto o PIB do Pará cresceu de R\$ 25 bilhões para R\$ 29 bilhões, e a economia do estado passou de 14º para 11º no país, a renda *per capita* do povo paraense está em 20º lugar no *ranking* brasileiro.



Maranhão alertou para as dificuldades enfrentadas pelos produtores agrícolas

José Maranhão pede mais investimentos no agronegócio

José Maranhão (PMDB-PB) pediu, em Plenário, mais recursos para o setor agrícola. O senador frisou a importância do agronegócio para a economia do país e mencionou as dificuldades por que passam os produtores, solicitando mais atenção do governo para eles.

Para Maranhão, apesar da relevância, o setor não recebe o necessário apoio institucional. Ele defendeu a renegociação das dívidas dos agricultores e pecuaristas, além de mais investimentos no agronegócio. O senador ressaltou que os produtores enfrentam dificuldades para quitar seus endividamentos, principalmente devido aos juros altos.

Substitutivo do senador Pedro Simon a projeto da Comissão do Vale do São Francisco visa modernizar a agricultura

Aprovado projeto que institui a Política Nacional de Irrigação

O Plenário aprovou ontem, em votação simbólica, o substitutivo do senador Pedro Simon (PMDB-RS) a projeto de lei do Senado que institui a Política Nacional de Irrigação (PLS 229/95). O objetivo é promover o crescimento e a modernização da atividade agrícola, ao mesmo tempo em que se busca preservar os recursos hídricos e o solo. A proposta estabelece que os projetos de irrigação poderão ser públicos, privados ou mistos

e que vão depender de licenciamento ambiental.

Caberá ao Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação coletar e tratar dados sobre recursos hídricos, solos irrigáveis, clima, práticas adotadas e produtividade das culturas. Vai ser elaborado um cadastro nacional único dos projetos de irrigação públicos e mistos. Os produtores devem pagar tarifa anual pela infra-estrutura de irrigação de uso comum. A matéria também disciplina a

seleção de irrigantes familiares em projetos públicos.

A proposta original foi apresentada pela Comissão Temporária Vale do São Francisco há dez anos. Simon incluiu um capítulo para dar tratamento preferencial ao semi-árido nordestino.

– Fico muito feliz em ver a aprovação de uma matéria como essa sobre a irrigação no Nordeste, que não tem nada a ver com o projeto de transposição do rio São Francisco – observou o senador.

Recursos para cadastro de terras

O Senado aprovou a contratação de um empréstimo de US\$ 10,8 milhões pelo governo federal junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos serão destinados ao financiamento parcial do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil, a ser implementado em 105 municípios da Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais e São Paulo.

O objetivo do programa, de acordo com o relator da matéria, Sibá Machado (PT-AC), é constituir um Cadastro Nacional de Imóveis Rurais, de uso múltiplo, visando fornecer elementos que proporcionem segurança jurídica às propriedades rurais e saneamento do Sistema de Registro Público de Imóveis Rurais.

Entre os benefícios esperados com a implementação do programa estão o aumento da produtividade das terras cadastradas e o acesso a financiamento por parte de seus proprietários.

Especificação do tipo de couro em calçados

O Plenário aprovou parecer do Senado a projeto da Câmara que dispõe sobre as condições exigíveis para a identificação do couro e das matérias-primas derivadas, utilizados na confecção de calçados e artefatos.

O projeto obriga a identificação, pelas empresas fabricantes ou importadoras, dos materiais empregados na fabricação, estabelece que os símbolos de identificação devem caracterizar a natureza do material empregado e fixa a forma e o local em que devem ser afixados, para facilitar a identificação pelo consumidor.

Prevê ainda que, no caso do emprego de diferentes materiais, o símbolo identificador deve representar o material que componha mais de 50% da superfície do produto.

Define também a diversidade de subprodutos do couro utilizados e suas imitações. São eles: rapa de couro, aglomerado de couro, couro ao cromo, couro ao tanino natural, plástico, borracha e outras misturas. A matéria segue agora à sanção presidencial.

Datas comemorativas das etnias formadoras da sociedade brasileira

Projeto de lei que fixa datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos da sociedade brasileira foi aprovado ontem pelo Senado. Pela proposta, a data de 19 de abril celebra o Dia do Índio, reiterando o estabelecido em decreto de 1943; a de 22 de abril, Dia do Descobrimto do Brasil, figura como marco oficial do primeiro contato do branco europeu com terras brasileiras; e a de 20 de novembro é fixada como Dia Nacional da Consciência Negra, em alusão à morte de Zumbi dos Palmares. Agora, o projeto (PLS 105/04) segue para a Mesa da Casa para redação final.

A proposição, de autoria da senadora Roseana Sarney (PFL-MA), regulamenta o artigo 215 da Constituição e recebeu voto favorável do relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). O projeto tem o objetivo de recordar a integração cultural formadora da sociedade brasileira, composta pelo índio autóctone, pelo branco europeu e pelo negro africano.



Projeto da senadora Roseana Sarney estabelece três datas significativas

Ainda de acordo com a proposta, cabe aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios definir, por legislação específica, outras datas consideradas significativas para os diferentes grupos étnicos que ocupam seus territórios.

Em seu relatório, Garibaldi afirma que a matéria tem grande relevância cultural, social e histórica. Com sua aprovação, acredita o parlamentar, as três datas passarão a fazer parte do calendário oficial, representando um grande avanço no reconhecimento oficial de povos e etnias que contribuíram para a nacionalidade brasileira.

Vigência do Fundef, licença-maternidade e usucapião

Foi realizada a discussão, em segundo turno, de três propostas de emenda à Constituição que devem ser deliberadas na próxima terça-feira: a que concede licença-maternidade e licença-paternidade em casos de adoção (PEC 31/00); a que amplia a vigência do Fundef (PEC 29/02); e a que aumenta a extensão das áreas passíveis de usucapião especial (PEC 9/03).

A PEC 29 prorroga a vigên-

cia do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) até 2016 e estipula que, em 2006, 2007 e 2008, o valor mínimo anual por aluno será, respectivamente, de 70%, 80% e 90% do valor calculado pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

O original da PEC 31 estipulava a concessão de licença-maternidade, nos casos de adoção, para

trabalhadores urbanos e rurais. Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), por iniciativa de Aloizio Mercadante (PT-SP), foi incluído o direito também à licença-paternidade.

Já a PEC 9 propõe, nas cidades com população inferior a 300 mil habitantes, a ampliação para 500 metros quadrados do limite de apropriação de área urbana para aqueles que já a utilizam como moradia há cinco anos ou mais.

Sanções para produção e uso de armas químicas

Foi aprovado, pelo Senado, projeto de lei que estabelece sanções administrativas e penais em caso de descumprimento da Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas Existentes no Mundo (CPAQ).

Como o original recebeu emenda de redação da CCJ, o projeto (PLC 26/98) vai à Comissão Diretora para redação final, que terá de ser aprovada em Plenário antes da matéria ser enviada para sanção presidencial.

Conforme o projeto, pessoas físicas ou jurídicas serão punidas com reclusão de um a dez anos se utilizarem ou realizarem, no Brasil, atividades ligadas à pesquisa, produção, estocagem, aquisição, transferência, importação ou exportação de armas químicas.



"O que hoje é melhor do que nos tempos de Juscelino?", questiona Pedro Simon

Simon defende ética na política e na sociedade

Ao comentar a realização do seminário "Resgatando a Dignidade: Ética, Estado e Sociedade" organizado pelo *Jornal do Brasil* e pela *Gazeta Mercantil*, na última segunda-feira, na cidade do Rio de Janeiro, Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu ontem o resgate da ética na atuação política e na sociedade brasileira.

– O que me leva a continuar na política é só uma coisa: tenho vergonha de sair porque parece que estou fugindo. Quando olho meu caminho, trabalhando dia e noite, pensando que é para o bem do meu país, vejo que está tudo pior agora! O que hoje é melhor do que nos tempos de Juscelino, quando eu estava começando? O que a classe política fez para melhorar o país? – refletiu Simon.

O seminário, de acordo com Simon, teve o objetivo de buscar alternativas para a moralização política como caminho para melhorar a auto-estima da sociedade e contou com diversos palestrantes que desfiaram críticas ao atual governo e aos anteriores. Simon elogiou as palestras do ex-presidente Itamar Franco, do deputado Delfim Netto (PMDB-SP), do senador Jefferson Péres (PDT-AM), da ministra Nilcéa Freire (da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres) e de João Pedro Stédile, secretário nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Simon também proferiu palestra durante o seminário.

O senador ainda destacou que ontem e hoje o Senado promove o seminário internacional "A Atualidade do Pensamento de Celso Furtado sobre o Desenvolvimento".

A votação do relatório parcial do sub-relator de Fontes Financeiras, deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), foi adiada para a próxima quinta-feira. Para solucionar o impasse sobre a inclusão ou não de dados da campanha de 1998 do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), na qual teriam sido utilizados recursos não-contabilizados, Fruet sugeriu que um capítulo extra seja criado.

Além da campanha de Minas, esse capítulo também deve conter informações de outras campanhas prestadas nos depoimentos de tesoureiros regionais. Também serão incluídas as citações feitas pelo ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e pelo publicitário Duda Mendonça sobre a utilização de caixa dois nas campanhas do PT. O deputado afirmou que há suspeitas em campanhas no Distrito Federal, no Pará, em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Ainda falta o aval dos governistas para a sugestão.

Além disso, Fruet pediu que, depois da aprovação do seu relatório e do produzido pelo deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP) sobre o superfaturamento praticado pela Skymaster em contratos com os Correios, não se façam mais relatórios parciais. Ele informou que, no documento, vai citar ainda a questão Duda Mendonça, que admitiu receber dinheiro no exterior. Até agora, a CPI não conseguiu os dados sobre a conta Dusseldorf, onde teria sido depositado esse dinheiro.

Projeto poderá rever relações de agências com estatais

O sub-relator de Contratos da CPI dos Correios, deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), afirmou ontem que as investigações em desenvolvimento pela comissão devem subsidiar a elaboração de um projeto de lei para rever a regulamentação que diz respeito à relação das agências de publicidade com as estatais.

– Como as agências de publicidade precisam de outras empresas que lhes prestem serviços de promoção de eventos, por exemplo, elas acabam servindo como biombo de contratação de novos fornecedores. Não tem o menor sentido que elas escolham quem vão contratar. Isso é uma válvula do sistema que facilita a corrupção.

As declarações foram dadas após o depoimento de Luiz Alberto Costa Marques, diretor-geral do escritório de Brasília da Ogilvy, uma das em-



Na CPI, Delcídio Amaral toma chimarrão, observado por Onix Lorenzoni e José Eduardo Cardozo

– Para não ficar nessa discussão de que há um embate entre o PT e o PSDB ou que há uma intenção de restringir informação, a partir de agora sugiro acabar com o relatório parcial.

Fruet lembrou ainda que seu relatório parcial abordava apenas a questão dos empréstimos entre o PT, Delúbio Soares e o empresário Marcos Valério e que os dados sigilosos de 1998 a 2000 ainda não estão em poder da CPI. Ele iria pedir o indiciamento pelo Ministério Público de Delúbio, Marcos Valério e de seu contador, Marco Aurélio Prata.

Dever de casa

O presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS), disse que os parlamentares não discutiram as

alterações no tempo devido e por isso não conseguiram votar ontem o documento.

– Eles não fizeram o dever de casa e não tiraram nota azul – disse.

Delcídio também informou que pretende reunir-se neste fim de semana com a equipe técnica da CPI e apresentar, até o início de dezembro, um relatório – que não vai a votação – para prestar contas de tudo o que foi investigado e mostrar o que precisa ser aprofundado.

Também já ficou agendado para a próxima quarta-feira depoimento do ex-superintendente do Banco Rural Carlos Godinho. Ele afirmou à revista *Época* que os empréstimos de Marcos Valério e do PT "são de fachada, feitos para não pagar".

Persiste na CPI dos Correios impasse sobre a inclusão em documento de dados da campanha de Azeredo ao governo de Minas em 1998

Votação de relatório é adiada e Fruet sugere capítulo extra



José Jorge observa que governo federal não consegue esconder a prática da corrupção

Para José Jorge, "a verdade brota das CPIs"

"Torna-se cada vez mais difícil para o governo tentar esconder o que a sociedade percebe cada vez com mais clareza: existe corrupção no governo do PT e a verdade brota a cada audiência das CPIs." A constatação foi feita pelo senador José Jorge (PFL-PE) durante pronunciamento em Plenário no qual criticou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva por não ter cumprido as promessas públicas de campanha constantes no documento "Combate à Corrupção: Compromisso com a Ética".



César Borges afirma que Lula adota discurso da oposição contra os juroso altos

Presidente faz jogo duplo, diz César Borges

César Borges (PFL-BA) criticou o presidente Lula, que estaria adotando um "discurso monopolista". Segundo afirmou, Lula faz jogo duplo visando sua reeleição, ao manter a política neoliberal de economia do governo passado e, simultaneamente, concordar com a oposição, dando margem a que integrantes do seu gabinete critiquem a atuação do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Para o senador, Lula adota o discurso da oposição contra os juroso e as instituições financeiras.

Senadores reagem à possibilidade de o Supremo deferir pedido de suspensão do processo contra José Dirceu na Câmara. Votação no STF está empatada

Renan defende independência do Congresso

Ao ser perguntado, em entrevista ontem, sobre a expectativa em relação à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito do processo de cassação do deputado José Dirceu (PT-SP), o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que o STF não pode interferir no calendário do Congresso.

– Se, por um lado, é necessário obedecer ao pro-

cesso legal, por outro, essas decisões não podem parecer protelação. É preciso harmonizar esses dois aspectos da questão – declarou Renan.

O julgamento de liminar em mandado de segurança impetrado por José Dirceu junto ao STF foi suspenso na quarta-feira, em razão do empate na votação de pedido de interrupção do processo que tramita contra o deputado no Con-

selho de Ética da Câmara. A decisão daquele tribunal depende do voto do ministro Sepúlveda Pertence, ausente na ocasião.

A sessão para julgar o processo de Dirceu pelos deputados está marcada para o dia 30 e deverá ser mantida se o Supremo não tomar decisão em contrário, assegurou o presidente da Câmara, deputado Aldo Rebelo.



Jefferson critica ministros do STF que votaram pela suspensão do processo contra José Dirceu

Jefferson aponta intervenção indevida

Jefferson Péres (PDT-AM) criticou em Plenário a posição dos ministros do Supremo Tribunal Federal que votaram pela suspensão do processo disciplinar contra o deputado José Dirceu, em andamento no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. A seu ver, se o STF deferir liminar suspendendo o processo, será uma intervenção indevida do Poder Judiciário no Legislativo.

– Vivemos em um regime anti-republicano, que já atingiu os três Poderes. A nação assiste estupefata à contaminação do Judiciário. O STF viveu um dia infeliz, em que cinco ministros se apegaram a um formalismo inadmissível do Código de Processo Penal (obediência à ordem entre os depoimentos de acusação e de defesa) para justificar voto favorável à suspensão do processo. O processo parlamentar não é o judicial – disse.

Jefferson informou ainda que pediu à consultoria da Casa a formulação de uma proposta de emenda à Constituição, alterando a maneira de ingresso na Suprema Corte. A sugestão do parlamentar é que a escolha seja feita pelos magistrados, membros do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).



Alvaro Dias teme que decisão do Supremo impeça julgamento pelo Conselho de Ética da Câmara

Alvaro pede a deputados que agilizem processo

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) fez apelo aos deputados federais para que agilizem o andamento do processo contra o deputado José Dirceu. O parlamentar tucano disse temer que a decisão do julgamento de mandado de segurança impetrado por Dirceu no Supremo Tribunal Federal, em andamento, impeça o cumprimento do processo disciplinar que poderá culminar na perda do mandato do deputado.

O fim do julgamento depende do voto de desempate do ministro Sepúlveda Pertence, que está doente. Alvaro Dias afirmou acreditar que o último voto do STF será contra o deferimento da liminar que suspende o processo e “a favor da sociedade brasileira”.

A manifestação do Judiciário, observou Alvaro, se dará, quando acionado pelo Ministério Público, em caso de indiciamento do deputado pelo relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios.

– No momento, não cabe ao Poder Judiciário fazer julgamento, uma vez que o processo é por quebra de decoro parlamentar, prerrogativa e dever do Poder Legislativo, impostos pelas normas que ele próprio estabeleceu – assinalou Alvaro Dias.



Virgílio argumenta que "enquanto Dirceu não for julgado, ele não poderá votar o Orçamento"

Virgílio: PSDB obstruirá votações do Orçamento

Após dizer que respeitará a decisão do Supremo Tribunal Federal seja ela qual for, a respeito da interrupção do processo de cassação de José Dirceu, Arthur Virgílio (PSDB-AM) comunicou que o seu partido decidiu obstruir a votação do Orçamento do próximo ano.

– O PSDB entende que, enquanto o deputado José Dirceu não for julgado pelos seus pares, ele não poderá apor sua assinatura no documento do Orçamento – afirmou.

Eduardo Suplicy (PT-SP) indagou se a intenção era propor ao presidente da Câmara que desrespeite o STF, caso aquela Corte resolva pela interrupção do processo de cassação. Virgílio negou que seja essa a decisão e disse que o PSDB não quer, com a obstrução, desrespeitar o STF ou pressionar o presidente da Câmara. Ele lembrou que a obstrução é um instrumento legal, regimental e constitucional.

O líder do PFL, José Agripino (RN) expressou o apoio a Virgílio. Também na avaliação de Almeida Lima (PMDB-SE) e Heloísa Helena (PSOL-AL), não cabe ao Supremo intervir no Congresso. Por sua vez, Sérgio Guerra (PSDB-PE) denunciou a possibilidade de haver um esquema para livrar José Dirceu da cassação.



Para Mercadante, recurso de José Dirceu junto ao STF é um direito legítimo de qualquer cidadão

Mercadante: recurso ao Supremo é um direito

Para o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), o direito do deputado José Dirceu recorrer ao STF em relação ao processo que corre contra ele na Câmara é assegurado pelo princípio democrático das garantias individuais.

Mercadante criticou a oposição por radicalizar contra direitos assegurados ao deputado José Dirceu pela Constituição e atentar contra a harmonia dos Poderes. Segundo ele, o argumento usado pelo deputado para tentar salvar seu mandato é um direito legítimo de qualquer cidadão.

– Vou defender essa prerrogativa até o fim – sustentou Mercadante.

O parlamentar também criticou a pressão que os partidos de oposição – em especial PSDB e PFL – estariam fazendo para que a Câmara julgue José Dirceu baseada nas provas apuradas pela CPI dos Correios, independentemente do julgamento da liminar no STF.

Conforme avaliou, a proposta do PSDB de obstruir a votação do Orçamento para 2006 caso a Câmara não julgue Dirceu é legítima. Por outro lado, frisou, tal intenção fere o princípio das garantias individuais.

Senador volta a defender mudanças nas regras para edição de MPs

O presidente do Senado, Renan Calheiros, defendeu ontem, em discurso no 19º Encontro da Associação Nacional de Procuradores de Assembléias Legislativas, mudanças no processo de edição, eficácia e tramitação de medidas provisórias (MPs). O senador destacou a necessidade do aprimoramento na legislação, especialmente neste momento em que o Brasil passa por

uma crise política inédita, em que mais de 70 pessoas já perderam seus cargos, conforme assinalou.

Renan afirmou que vem procurando ter isenção e equilíbrio na administração do Senado, mas ponderou que não está sendo possível evitar conflitos com outros Poderes, referindo-se especificamente à emissão excessiva de MPs, que, na sua opinião

deturpam o papel do Legislativo.

Ele informou ter apresentado proposta de emenda à Constituição (PEC) proibindo a edição de medidas provisórias que alterem contratos. Advertiu que a possibilidade de alterações contratuais por MPs, existente hoje, traz insegurança jurídica ao país.

Durante o discurso no evento, dirigido pelo procurador Luiz Gonzaga Mendes

de Barros, Renan sugeriu ao Congresso que promova o mais rápido possível uma reforma política e uma reforma tributária abrangente. Propôs ainda a adoção de uma política econômica “em maior sintonia com a realidade”. O encontro contou também com a participação do senador Luiz Otávio (PMDB-PA), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Iniciativa de convite a Saraiva Felipe partiu da Frente Parlamentar da Saúde, preocupada com a destinação de verbas do setor para o programa Bolsa-Família

Ministro debaterá em comissão recursos para a pasta da Saúde

O ministro da Saúde, José Saraiva Felipe, deverá comparecer à Comissão Mista de Orçamento (CMO) a fim de debater a proposta orçamentária para a área em 2006. Requerimento nesse sentido foi aprovado ontem, como parte de acordo entre oposição e governo que permitiu, em contrapartida, a deliberação sobre três projetos de suplementação de recursos em favor de ministérios.

O comparecimento do ministro como convidado, em data ainda a ser marcada, atende ao interesse da Frente Parlamentar da Saúde em discutir o cumprimento da Emenda Constitucional 29, que estabelece a aplicação mínima de recursos na área. Os membros da frente reclamam da inclusão, no orçamento da Saúde para o próximo ano, de encargos no valor de R\$ 2,3 bilhões, para cobrir despesas com ações do programa Bolsa-Família, da esfera do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Mais prazo

Na reunião, o presidente da CMO, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), anunciou a prorrogação do prazo para a apresentação de emendas à proposta orçamentária. O prazo



Gilberto Mestrinho (E) acompanha negociação sobre o comparecimento do ministro

final, que terminaria hoje, foi ampliado até a próxima terça-feira, às 22h.

O acordo para o debate com o ministro envolveu concessão, por parte dos opositoristas, para que também sejam convidados a participar da mesma audiência três secretários estaduais de Saúde: do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de um estado nordestino ainda a ser definido.

Um dos projetos aprovados (PL 42/05-CN) assegura ao Ministério do Desenvolvimento Social crédito adicional de R\$ 205 milhões, para o pagamento de despesas operacionais do

programa Bolsa-Família e para a compra de litros de leite de pequenos agricultores familiares, que deverão ser distribuídos entre 700 mil famílias carentes do semi-árido brasileiro.

Foi aprovada ainda suplementação no valor de R\$ 46,894 milhões para adequar os orçamentos dos ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, além de favorecer rubrica referente às operações oficiais de crédito (PL 16/05-CN). O terceiro projeto (PL 36/05-CN) abre crédito de R\$ 33,469 milhões em favor da Justiça do Trabalho.

Fundo penitenciário e turismo terão mais verbas

Mais três comissões do Senado aprovaram ontem as cinco emendas a que cada uma tem direito a apresentar à proposta orçamentária para 2006. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) acolheu emenda no valor de R\$ 200 milhões em favor do Fundo Penitenciário Nacional, visando aparelhar os estabelecimentos penais com máquinas, equipamentos, veículos especiais e instalações. O colegiado também aprovou a destinação de R\$ 120 milhões ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), para custear as eleições do próximo ano.

A construção do novo edifício-sede do Departamento de Polícia Federal foi contemplada com R\$ 10 milhões. Para garantir a liberação dos recursos, o relator da matéria, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), repetiu a emenda no projeto de revisão do Plano Plurianual (PPA). Outro prédio

que terá a construção beneficiada com emenda orçamentária é o que abrigará o Conselho Nacional do Ministério Público, para o qual a comissão destinou R\$ 20 milhões. A CCJ também aprovou a aplicação de R\$ 153 milhões na implantação de sistema integrado de gestão de informação jurisdicional na Justiça Federal.

Inclusão social

No âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), foram acolhidas pelo relator, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), duas emendas representando um acréscimo de R\$ 400 milhões ao orçamento do Ministério do Turismo. A verba visa à melhoria no atendimento ao turista e a ações voltadas para a promoção de eventos. O Ministério da Ciência e Tecnologia terá reforço de R\$ 200 milhões, para apoio a programas que visem à inclusão e ao desenvolvimento

social. Igual quantia foi destinada à execução, pelo Ministério das Cidades, de obras de infraestrutura urbana em municípios com até 100 mil habitantes. A comissão atribuiu ainda R\$ 100 milhões ao Ministério da Defesa, destinados à implantação de uma brigada com força de polícia para operações regionais de proteção à lei e à ordem em comunidades em conflito.

Entre as emendas que serão oferecidas ao orçamento pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), e que tiveram como relator o senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), destaca-se a que contempla com R\$ 300 milhões projetos de recuperação e conservação de bacias hidrográficas. As demais emendas acolhidas pelo colegiado beneficiam os setores ferroviário e rodoviário, de desenvolvimento urbano e de combate à erosão marítima.

Especialistas debatem controle da produção de alimentos orgânicos

Insumos destinados à agricultura orgânica devem ter processo de registro diferenciado. Essa opinião foi consensual entre os participantes da audiência pública realizada ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), a pedido do senador Aelton Freitas (PL-MG).

O senador Delcídio Amaral (PT-MS), que presidiu a reunião, destacou que os ministérios da Agricultura, do Meio Ambiente e da Saúde avançaram em relação a estudos e pesquisas na área de produção de alimentos orgânicos. A seu ver, a audiência pública poderá oferecer subsídios para a regulamentação do assunto. O parlamentar disse ainda que o tema é importante e precisa receber atenção, para que o Brasil possa acompanhar o desenvolvimento da área na mesma velocidade que os demais países.

O gerente-geral de toxicologia do Ministério da Saúde, Luís Cláudio Meirelles, informou que

o órgão incentiva a produção orgânica de alimentos, mas salientou que deve haver controle para garantir a qualidade dos produtos. Segundo ele, a questão está em processo de discussão no país e ainda não há instituições especializadas para certificar os produtos.

– Não temos organismos que informem a qualidade dos produtos orgânicos produzidos, se houve aplicação ou se há algum resíduo de agrotóxico nos alimentos. O sonho é alcançar o modelo europeu, com certificados; o objetivo é reduzir produtos de elevada toxidade nas mãos do agricultor e na mesa do consumidor – disse Meirelles.

Segundo o coordenador-geral de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, Rogério Pereira Dias, os órgãos envolvidos na questão querem a priorização do processo de registro de produtos orgânicos.



Delcídio Amaral (C) dirige audiência na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Representante do Meio Ambiente defende alternativa aos agrotóxicos

A representante do Ministério do Meio Ambiente, Sérgio Oliveira, também integrante do Comitê Técnico de Assessoramento de Agrotóxicos (CTA), defendeu a adoção de produtos alternativos aos agrotóxicos. Para a especialista, essa “quebra de paradigma” no uso de insumos agrícolas deve ser reforçada por normas que priorizem o processo de registro de tais produtos.

– A mudança de paradigma é extremamente necessária. Existe um grande interesse pela agricultura orgânica, mas deve haver mecanismos de controle para assegurar que os resíduos não apareçam no produto final e que garantam a sustentabilidade da agricultura e do planeta – observou Sérgio na audiência pública promovida pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O representante da Brasil-Bio e diretor da Microbiol Indústria e Comércio Ltda., Paulo D’Andréa,

também defendeu tratamento diferenciado para a agricultura orgânica. Para ele, a quebra de paradigmas deve ser adotada com ações alternativas até que a nova técnica seja consolidada.

– Todas as situações remetem a ações diferenciadas e consequentemente a produtos diferenciados, sem adição de aditivos químicos, como inseticidas, que significam risco de morte. Para isso defendemos também o registro diferenciado dos insumos naturais – acrescentou.

Paulo D’Andréa relatou a visão indígena sobre a questão do meio ambiente: “Só quando a última árvore tiver sido cortada, o último rio tiver sido envenenado, o último peixe tiver sido pescado, então se descobrirá que o dinheiro não pode ser comido”. Para o senador Aelton Freitas, que propôs a realização da audiência pública, essa advertência deve servir de reflexão.



Aelton Freitas adverte que recursos do Orçamento precisam ser efetivamente executados

Aelton cobra investimentos no país

Aelton Freitas (PL-MG) alertou ontem a equipe econômica do governo para a necessidade de fazer com que os recursos do Orçamento sejam efetivamente executados, de modo a não paralisar o país. Segundo o senador, os investimentos em setores fundamentais da nação encontram-se praticamente estagnados. Para Aelton, o poder público não caminha com a velocidade necessária tendo em vista as dificuldades que o país enfrenta.

– Entendo que a política econômica precisa ser mesmo encarada com seriedade e cautela pela equipe econômica do governo. No entanto, é preciso esclarecer uma coisa: sem investimentos o país não cresce – afirmou.

Adiada votação do relatório da CPI da Terra

A votação do relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra foi adiada para a próxima terça-feira, devido à apresentação, na reunião de ontem, de voto em separado à matéria pelo deputado Abelardo Lupion (PFL-PR), além de 13 emendas subscritas pelo deputado Adão Pretto (PT-RS) e pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA).

O relatório final da CPI da Terra foi apresentado à comissão na terça-feira pelo deputado João Alfredo (PSOL-CE), quando houve pedido de vista coletivo do texto. O prazo final da CPI vence na próxima semana, conforme lembrou o presidente da comissão, senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

Senador considera que uma norma federal sobre o assunto é necessária a fim de garantir segurança jurídica para que investimentos essenciais sejam feitos no país

Ney Suassuna defende marco regulatório para saneamento

O líder do PMDB, senador Ney Suassuna (PB), defendeu, ontem, a adoção de lei específica que estructure novas políticas destinadas ao setor de saneamento básico. Ele afirmou que uma norma federal sobre o assunto é necessária “a fim de que haja maior segurança jurídica para que sejam feitos os investimentos de que o país precisa”.

– A insegurança jurídica representa hoje um risco enorme para os prestadores, que se vêem na contingência de ter seus contratos de concessão declarados inválidos, dificultando a captação dos recursos necessários para a expansão e a melhoria dos serviços – disse.



Suassuna critica contingenciamento de 83% dos recursos destinados ao setor

Ney Suassuna criticou o contingenciamento de 83,8% dos recursos orçamentários destinados ao setor de saneamento básico em 2005, o

que levou à liberação pelo governo federal de apenas R\$ 988 milhões de um total de R\$ 6,1 bilhões previstos inicialmente.

– Caso esse quadro não se altere, seguiremos com índices vergonhosos de saneamento, como o de coleta de esgoto, que atinge não mais que 50% dos domicílios urbanos, dos quais apenas 28% têm tratamento antes de serem despejados na rede fluvial – alertou.

Em aparte, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), destacando os benefícios para a saúde da população derivados dos investimentos em saneamento básico, elogiou Suassuna pelo pronunciamento.

Teotonio: transposição do São Francisco é "obra absurda"



Para Teotonio, obra no rio será "um imenso elefante branco caatinga adentro"

Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) criticou ontem, em Plenário, o projeto do governo federal de transposição do rio São Francisco. Para ele, a obra será “um imenso elefante branco caatinga adentro, uma obra absurda”. Ele sustenta que, antes de o governo pensar na transposição, deveria primeiro empenhar-se na revitalização do rio e de seus afluentes.

O senador afirmou que o rio São Francisco encontra-se em uma “situa-

ção vexatória” e que dezenas de rios afluentes da bacia do São Francisco já secaram, assim como “incontáveis lagos encontram-se assoreados”. Ele avalia que a atual situação do rio deveria “deixar a todos atentos e atônitos”.

Teotonio considera ser papel dos parlamentares brasileiros alertar o país “para que essa obra tão absurda não agrida o Nordeste” e disse acreditar que o governo tem por objetivo tirar proveito eleitoral das obras.

Viana pede às Forças Armadas que reconheçam biomédicos



Não há diferença, em termos de atividades, entre bioquímicos e biomédicos, diz Tião Viana

Tião Viana (PT-AC) fez um apelo ontem para que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica reconheçam a biomedicina como uma profissão que habilita seus praticantes a prestar suporte laboratorial como fazem os bioquímicos. O senador pediu que as Forças Armadas os autorizem a prestar concursos em seus órgãos quando as atribuições do cargo forem compatíveis.

– Não há diferença, em termos de

atividades, entre um bioquímico e um biomédico. Eles não podem ser preteridos em razão de normas funcionais – afirmou o parlamentar, dizendo-se certo de que a exclusão dos biomédicos nos editais de concurso da Forças Armadas é fruto de engano.

Tião Viana ressaltou a importância social da profissão de biomédico, lembrando que ele trabalha com o diagnóstico de doenças e que a atividade foi regulamentada há 26 anos.

Lúcia Vânia apela por reativação do disque-transplante

Lúcia Vânia (PSDB-GO) cobrou do ministro da Saúde, Saraiva Felipe, a reativação do disque-transplante (0800 883 2323), serviço interligado 24 horas a centros de transplante de 22 estados que, durante dois anos, intermediou e estimulou a doação de



Lúcia Vânia quer volta de serviço que estimulou doação de órgãos no país

órgãos no país.

A senadora afirmou que a doação foi dificultada com a aprovação

da Lei 10.211/01, que determina, em um de seus dispositivos, que a retirada de tecidos, órgãos e partes do corpo de pessoas falecidas para esse fim dependerá de autorização do cônjuge ou de parente maior de idade de até segundo grau.

Para fazer voltar a valer a vontade de eventuais doadores, Lúcia Vânia deve apresentar projeto de lei fixando a possibilidade de prevalecer esse desejo, desde que devidamente formalizado em documento.



Antonio Carlos repudia versão de que estaria impedindo criação de CPI para investigar estatal

ACM nega irregularidades na Bahiatur

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) repudiou a informação, divulgada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, de que ele estaria ajudando a impedir a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito na Assembleia Legislativa da Bahia, destinada a investigar denúncias de irregularidades na Bahiatur, empresa de turismo do estado.

– Quero apurar tudo em todos os lugares, principalmente na Bahia. Se luto aqui para defender a moralidade é porque ela existe na Bahia – garantiu o senador.



Mozarildo afirma que há necessidade de mais pessoal e equipamentos para a corporação

Mozarildo quer atenção para PM de Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) registrou que, no próximo dia 26, a Polícia Militar de Roraima completa 30 anos. Para o senador, a situação atual da PM em seu estado é razoável, mas há a necessidade de mais pessoal e equipamentos.

Mozarildo destacou a origem da Polícia Militar, diretamente ligada à criação do território federal de Roraima, em 1943, por Getúlio Vargas. Assinalou que, em 1945, ela ganharia *status* de polícia militar do território, com uma corporação “modesta”.

Seminário sobre o pensamento do economista reúne especialistas e se encerra hoje com debates nos auditórios Petrônio Portella e do Interlegis

Fotos: Célio Azevedo



Luiz Dulci (E), Aldo Rebelo, Renan Calheiros, Rosa Freire Furtado (viúva de Celso Furtado) e Aloizio Mercadante compõem a mesa

Na homenagem a Celso Furtado, Renan defende volta da Sudene

Em discurso na abertura do seminário internacional "A Atualidade do Pensamento de Celso Furtado sobre o Desenvolvimento", na manhã de ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, defendeu a aprovação do projeto de recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) em tramitação no Senado. O substitutivo do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) à proposta do Executivo de recriação da Sudene (PLC 59/04) já foi aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

– A missão da Sudene deve ser aperfeiçoada à luz das necessidades atuais, para que seus

objetivos sejam cumpridos. A simples permanência das desigualdades regionais já demonstra a atualidade do pensamento e das preocupações de Celso Furtado, bem como justifica a recriação da Sudene – declarou Renan.

A organização e a realização do evento são da responsabilidade da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e a iniciativa é do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que também apoiou a aprovação do projeto de restabelecimento da Sudene e recordou que a geração de economistas à qual pertence aprendeu a entender o país a partir da leitura de livros como *A Formação Econômica do Brasil*.

– Um ano depois da morte de

Celso Furtado, a reflexão sobre a sua obra é obrigatória para quem quiser pensar esta nação. Ao longo desta reflexão, vamos nos deparar com perguntas incômodas que ele nunca permitiu que fossem silenciadas – disse.

Na opinião do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Guido Mantega, Celso Furtado não teve tempo de perceber as “importantes mudanças” implantadas na economia durante o atual governo. Entre essas mudanças, ele destacou o combate às desigualdades regionais e a ênfase ao Nordeste. O seminário estende-se até hoje, com debates nos auditórios Petrônio Portella e do Interlegis.

Empréstimos do BNDES terão novos critérios

Os financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) serão diferenciados por microrregiões, e não mais por grandes áreas, e terão por base um estudo realizado pelo Ministério da Integração Nacional. O secretário de Políticas de Desenvolvimento Regional do ministério, Antônio Carlos Figueira Galvão, afirmou que “os empréstimos no Nordeste terão taxas de juros conforme a microrregião, de modo que um empreendimento de infra-estrutura no interior do semi-árido pagará um *spread* menor que uma boutique em um *shopping* do Recife; até recentemente, não havia esse grau de distinção”.

Economista lamenta atraso do continente

Ao participar do seminário sobre o pensamento do economista Celso Furtado, a economista e professora Maria da Conceição Tavares lamentou que, em função da dominação da cultura hegemônica dos países ricos, o subdesenvolvimento na América Latina esteja se aprofundando tanto que a região está regressando aos padrões primitivos de exportação de bens primários e de relações capital/trabalho.

– Celso morreu triste com essa democracia de pé quebrado, porque esperava que a redemocratização tivesse resultado em políticas públicas de inclusão social, de desenvolvimento econômico e de geração de empregos.

Belluzzo quer que BC amplie seus objetivos

O economista Luiz Gonzaga Belluzzo defendeu, no seminário sobre o pensamento de Celso Furtado, uma mudança na legislação para que o Banco Central tenha entre seus objetivos, além do controle da inflação, a busca do emprego e do crescimento do país. Lembrou que o Banco Central norte-americano tem esse objetivo.

– A quem o Banco Central presta contas no Brasil? O Banco Central tem de agir como instituição pública, pois não foi criado para trabalhar para o mercado financeiro. Ele está executando uma política monetária estúpida, com juros reais de 14% ao ano – afirmou.

CPI dos Bingos convoca Teixeira, compadre do presidente Lula

A CPI dos Bingos aprovou ontem requerimento dos senadores Arthur Virgílio Neto (AM), líder do PSDB, e José Agripino (RN), líder do PFL, que convoca para depor o economista Paulo de Tarso Venceslau, ex-secretário de Finanças das prefeituras de São José dos Campos e Campinas, em São Paulo, e o advogado Roberto Teixeira, compadre e amigo do presidente Lula.

Teixeira foi acusado por Tarso de operar um esquema em prefeituras do PT para beneficiar a firma Consultoria para Empresas e Municípios (CPEM). Por causa disso, Tarso foi expulso do PT em 1998, acusando Lula, então presidente de honra do partido, de abafar o escândalo.

A CPI também aprovou, a pedido do relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), a convocação de Ademar Miranda Torres, ex-diretor da Caixa Econômica Federal na época do

contrato com a empresa Gtech. O depoimento foi marcado para a próxima quinta-feira.

Por requerimento do senador José Jorge (PFL-PE), Mara Gabrielli, irmã da empresária Rosângela Gabrielli, que prestou depoimento ontem, vai depor na Polícia Federal com o acompanhamento da assessoria da CPI. Segundo a irmã, Mara, sócia de empresa de ônibus em Santo André (SP), teria informado pessoalmente a Lula, em 2003, sobre a extorsão e o pagamento de propinas à prefeitura.

Na próxima segunda-feira, a CPI realiza na cidade de São Paulo uma grande acareação entre 12 pessoas supostamente envolvidas com os casos de Santo André e de Campinas. A subcomissão que vai ouvir os depoimentos em São Paulo é composta pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Magno Malta (PL-ES) e Romeu Tuma (PFL-SP).



Cambráia (E) depõe na CPI, ao lado de Mozarildo Cavalcanti e Garibaldi Alves Filho (D)

Depoimento de advogado acusado de receber propina irrita senadores

Em depoimento à CPI dos Bingos, o advogado Hécio Cambráia negou ontem que tenha recebido grandes somas de dinheiro da MM Consultoria Jurídica, acusada de intermediar propina paga pela multinacional GTech para que fosse assinada a renovação do contrato entre esta empresa e a Caixa Econômica Federal.

O senador José Jorge (PFL-PE) disse que o depoimento de Cambráia não era verdadeiro e, tomando por base documentos da CPI dos Bingos, revelou que a GTech, entre 2002 e 2003, fez vários depósitos na conta do dono da MM Consultoria, Walter Santos, num total de R\$ 5 milhões.

De acordo com José Jorge, em menos de dois dias a MM Consultoria depositava nas contas de Hécio Cambráia uma média de 10% dos valores recebidos da GTech. Isso, na visão do senador, demonstra claramente que

o advogado participou de um suposto pagamento de propina pela multinacional à MM Consultoria para que intermediasse a renovação do contrato com a CEF. Cambráia considerou uma “coincidência” os depósitos nos mesmos períodos em que a MM recebia recursos da GTech.

O senador Geraldo Mesquita Júnior (sem partido-AC) anunciou que vai apresentar requerimento à CPI dos Bingos solicitando à GTech a relação de todos os honorários advocatícios registrados nos últimos três anos.

O senador Magno Malta (PL-ES) também classificou de falso o depoimento de Cambráia, e chegou a ameaçá-lo de prisão. E anunciou que vai requerer à CPI uma acareação entre Cambráia, Walter Santos e o advogado Enrico Gianelli, do escritório de advocacia Fischer&Foster, que prestava serviços à GTech.